

SUMÁRIO

Capítulo 1

INTRODUÇÃO	21
1.1. O Objeto da Investigação.....	28
1.2. Conceito, adequação e suficiência	33
1.3. A relevância prática e científica do trabalho	38

Capítulo 2

UMA PROTOTEORIA DO OPORTUNISMO CONTRA-TUAL	41
2.1. A literatura sobre o tema, originalidade e aproximações possíveis.....	42
2.2. Lógica econômica, mecanismos e instituições garantidoras dos contratos de concessão	55
2.2.1. A lógica econômica dos contratos de concessão.....	58
2.2.2. Os mecanismos do contrato.....	62
2.2.2.1. Distribuição de Riscos e eficiência	63
2.2.2.2. Os quatro critérios para uma alocação eficiente de riscos	66
2.2.2.3. Aplicação dos critérios ao risco por eventos de grande escala: o recorte pela pandemia	69
2.2.3. O papel das instituições garantidoras.....	74

2.3. A noção de equilíbrio econômico-financeiro	76
2.3.1. Identificando o desequilíbrio	77
2.4. Condições para o Comportamento Oportunista.....	84
2.4.1. O estreitamento do vínculo entre poder concedente e agência reguladora	84
2.4.1.1. Ausência de Agências Reguladoras.....	85
2.4.1.2. Comprometimento da Neutralidade das Agências Reguladoras	86
2.4.1.2.1. Nível de independência das procuradorias da agência	90
2.4.1.2.2. A subordinação substantiva de agências reguladoras aos Tribunais de Contas.....	91
2.4.1.2.3. A ausência de efetiva independência financeira das agências reguladoras.....	96
2.4.2. A natureza inquisitorial dos processos administrativos de reequilíbrio econômico-financeiro	98
2.4.3. Os custos de saída e de judicialização dos contratos de concessão	100
2.5. Síntese.....	102

Capítulo 3

O OPORTUNISMO NA REALIDADE	105
3.1. Os casos que motivaram este trabalho	105
3.1.1. O caso Supervia: representativo da fase pós-contratual.....	106
3.1.2. Caso PiPa: representativo da fase pré-contratual.....	112
3.2. O Teste Empírico	115
3.2.1. A Hipótese	117
3.2.2. A Formação das Premissas Teóricas	117

3.2.2.1. Câmaras de mediação.....	118
3.2.2.2. Protagonismo dos tribunais de contas	118
3.2.2.3. Um ‘Termo Aditivo Disciplinador’ e as noções de equilíbrio econômico-financeiro.....	119
3.2.2.4. As aplicações da Teoria da Imprevisão: uma álea muito extraordinária.....	119
3.2.2.5. Caso Fortuito e Força maior	120
3.2.2.6. Conta Covid.....	121
3.2.2.7. O Parecer nº 261/2020/CONJUR-MINFRA/CGU/AGU	122
3.2.3. Consolidação das premissas do trabalho.....	123
3.3. A pandemia de Covid-19 como elemento comum entre os casos: oportunidades e desafios.....	124
3.3.1. Igualmente surpreendidos: o desafio da generalização	125
3.4. A Metodologia.....	126
3.5. Estratégia de pesquisa: especificação de variáveis, seleção de casos e descrição de variâncias nas variáveis.....	128
3.6. Os Casos Selecionados.....	132
3.6.1. O Setor Regulado.....	133
3.7. Os achados.....	148
3.7.1. Resultados da pesquisa quanto ao reconhecimento da Pandemia como Caso Fortuito ou Força Maior.....	149
3.7.2. Resultados da pesquisa quanto ao reequilíbrio completo dos contratos	152
3.7.3. Achados complementares.....	166
3.7.3.1. Do ônus argumentativo quanto à ausência da possibilidade de contratação de seguro contra o evento.....	166

3.7.3.2. Forma de Compensação: preferência pela contribuição ao sistema	168
3.7.3.3. Afastamento da teoria da imprevisão	169

Capítulo 4

CONCLUSÃO	171
------------------------	------------

Capítulo 5

EPÍLOGO	177
----------------------	------------

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	187
---	------------